

Portuários anunciam paralisação contra Reforma da Lei dos Portos

Fonte: CNTTL – (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes e Logística)

Data: 17/10/2024

Os trabalhadores portuários de todo país preparam uma paralisação de 12 horas no dia 23 de outubro. O alerta é da Federação Nacional dos Portuários (FNP), dos Estivadores (FNE) e dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga, Vigias Portuários, Trabalhadores de Bloco, Arrumadores e Amarradores de Navios nas Atividades Portuárias (Fenccovib). Juntas as entidades representam 50 mil portuários que trabalham nos principais portos do país.

A paralisação é em protesto à ameaça de alteração na Lei dos Portos (12.815/2013).

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PL), criou uma comissão de juristas com o objetivo de reformular a legislação.

Segundo nota das entidades sindicais, essa Comissão é formada majoritariamente por juristas alinhados aos interesses empresariais, conta com apenas um representante da classe trabalhadora, e isso gera preocupação entre os portuários de todo o país.

"O objetivo principal desses operadores portuários que contrataram esses juristas é precarizar ainda mais o setor portuário", disse Eduardo Guterra, diretor da FNP e presidente em exercício da CNTTL.

Entre as mudanças propostas pela Comissão de Juristas estão a terceirização dos serviços da autoridade portuária, a extinção da Guarda Portuária, a revogação da Lei 4.860/65, que regula o adicional de risco e noturno, e o fim da exclusividade dos Trabalhadores Portuários Avulsos (TPA).

"Essa reformulação representará um grande retrocesso para os trabalhadores portuários. Vamos lutar e resistir. No dia 23 os portos brasileiros vão parar", frisa Guterra.

As entidades sindicais também expressam receio de que o relatório final da comissão, quando for submetido à Câmara dos Deputados, sofra ainda mais alterações prejudiciais, visto que a maioria dos parlamentares está alinhada aos interesses empresariais.

As entidades sindicais portuárias repudiam essas alterações na Lei dos Portos e divulgaram um calendário de ações, convocando a categoria a se mobilizar em defesa dos portos e dos direitos dos trabalhadores.